

Eleições 98

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

MUDAR A EDUCAÇÃO PARA MUDAR O BRASIL



Divulgação

A Universidade terá um papel fundamental na discussão, elaboração e implementação de um novo projeto nacional de desenvolvimento. Este projeto demandará à Universidade contribuições para as políticas industrial e agrícola, geração de emprego e renda, formação e qualificação profissional, apoio e difusão tecnológica para micro, pequenas e médias empresas e para a realização da reforma agrária, além da colaboração no desenvolvimento de políticas públicas e de ações culturais.

A autonomia universitária será um valor fundamental no governo da União do Povo. É ela que garante a absoluta liberdade na criação e disseminação do saber. Cabe à Universidade desenvolver um pensamento crítico sem constrangimentos políticos e/ou ideológicos. A Universidade terá assegurada as condições materiais para definir suas propostas científicas e pedagógicas e suas necessidades administrativas. O novo governo organizará uma ampla e democrática consulta para definir mecanismos de avaliação interna e externa das universidades.

A Universidade pública, sendo responsável pela quase totalidade da produção científica nacional, terá um papel importante na discussão e implementação de uma política de desenvolvimento científico e tecnológico. Para tanto, as atividades de pós-graduação serão ampliadas, bem como os recursos a ela destinados.

Carta compromisso com a educação

Como já disse anteriormente na Carta Compromisso à Nação brasileira, que li no ato de lançamento de minha candidatura à presidência da República, em Brasília, dia 6 de julho deste ano, “as elites não foram capazes de arrancar o Brasil da miséria, de apagar o analfabetismo das páginas da nossa história, de assegurar uma alimentação adequada e de criar condições para que todos vivam com saúde”.

Já tive oportunidade de apresentar anteriormente minhas propostas para a agricultura, saúde e para a geração de mais e melhores empregos. Venho agora detalhar como pretendo cumprir meu compromisso de erradicar o analfabetismo dos lares brasileiros, de transfor-

mar em realidade o sonho de colocar todas as nossas crianças numa escola de qualidade e de garantir um sistema público de ensino médio e superior de excelência.

Antes de mais nada quero dizer que nós, da coligação de partidos que compõem a União do Povo Muda Brasil, sentimos orgulho de poder dizer que somos herdeiros de dois dos maiores educadores que este país já conheceu – Darcy Ribeiro e Paulo Freire. E que nossa proposta “Mudar a educação para mudar o Brasil” é tributária de suas idéias básicas, segundo as quais a educação é, ao mesmo tempo, uma força libertadora e civilizatória.

É por meio da educação que se formam homens e mulheres livres e conscientes, capazes de intervir efetivamente na construção de uma sociedade justa e democrática. Nenhum país rompeu a barreira do atraso e do subdesenvolvimento sem um vigoroso esforço de escolarização. Meu governo fará da educação um direito inalienável da cidadania e um dever do Estado. Investiremos numa educação de qualidade, visando atender às necessidades da grande maioria da sociedade, a partir de três princípios:

- democratizar o acesso e a garantia de permanência;
- democratizar a gestão escolar;
- articular os valores culturais locais e regionais com a ciência e a cultura universalmente produzidas.

Meu governo vai universalizar o ensino fundamental público e gratuito, expandindo o acesso e a permanência no ensino médio e ampliando as oportunidades de acesso ao ensino superior.

Para que esses objetivos sejam atingidos, é necessário aumentar progressivamente os gastos com a educação, de modo que venham a alcançar o dobro dos recursos atualmente investidos na área nas três esferas de governo. O Brasil gasta menos de 4% do PIB na educação, incluindo gastos com capital. Considerando o imenso atraso escolar, o alto índice de analfabetismo e a insuficiência da sua rede física, será necessário pelo menos dobrar esse investimento para colocar em ordem o ensino brasileiro.

Investimento, sim. Os gastos com a educação têm-se revelado um investimento de alta rentabilidade, no caso brasileiro. As estimativas disponíveis apontam para taxas de retorno de 15% a 25% nos vários níveis de ensino e nas diferentes regiões do país. Isso signifi-

ca que o investimento em educação básica paga-se em um período de cinco a sete anos.

As elites brasileiras insistem em tratar a educação como um custo e não como um investimento. Com isso, têm conseguido manter parcela importante do nosso povo no mais absoluto obscurantismo e ignorância. Essa foi a maneira que encontraram para garantir sua forma perversa de dominação econômica, social e política.

É por isso que temos ainda cerca de 2,7 milhões de crianças, entre 7 e 14 anos, fora da escola. E 17 milhões de analfabetos, de 10 anos ou mais, além das 25 milhões de pessoas que, pela má qualidade do ensino que receberam, podem ser consideradas semi-analfabetas.

Apesar de contar com cerca de 90% de matrículas para crianças de 7 a 14 anos, dados do IBGE mostram que mais da metade abandona a escola ou é vítima da repetência. O sucateamento da escola atinge a figura do professor, submetido a baixos salários, sem condições de trabalho e com reduzidas oportunidades de formação permanente.

É preciso transformar a escola – hoje distante da comunidade – em um espaço privilegiado, onde as crianças aprendam, os pais participem ativamente de sua gestão e a comunidade usufrua de suas instalações para atividades culturais e esportivas.

Professores e funcionários bem remunerados disporão de salas adequadas, laboratórios e bibliotecas para realizar seu trabalho pedagógico, assim como do tempo necessário para sua formação em serviço.

Com isso, a passagem pela escola deixará de ser uma formalidade. Ela dará aos estudantes autonomia e poder criativo para que possam aprender a aprender. Como observou Einstein, o valor da educação está no treinamento da mente para conceber coisas novas e não na capacidade de repetir o que aprenderam na escola.

Como o papel dos educadores nesse processo é insubstituível, é necessário implantar uma política de valorização dos trabalhadores da educação. Para isso, o governo da União do Povo definirá democraticamente carreiras profissionais que garantam a formação permanente em serviço. Além disso, proporá um piso salarial para os funcionários da educação dos Estados e municípios, para corrigir as atuais distorções de termos professores ganhando até mesmo menos do que um salário mínimo.

Esses elementos são fundamentais para que se vá

implantando, gradativamente, a escola de tempo integral no país, com as especificidades que cada uma das distintas regiões do país requer. Acorado nesses princípios, quero desde já estabelecer alguns compromissos com o povo brasileiro, no que diz respeito à educação.

Assumo o compromisso de ampliar o acesso à educação pública em todos os níveis de ensino.

Queremos dar ao jovem de hoje a mesma chance de estudar numa escola pública de qualidade que tiveram no passado Antonio Candido, Florestan Fernandes e tantos outros homens e mulheres notáveis deste país. Só assim será possível garantir uma maior igualdade de oportunidades, base da mobilidade social de uma nação efetivamente democrática, independentemente de que sejam filhos de pobres ou de ricos, de índios, amarelos, brancos ou negros.

Assumo o compromisso de garantir, em parceria com os governos estaduais e municipais, a efetiva permanência da criança em tempo integral numa escola de qualidade, que lhe permita além de aprender, ter uma assistência médica e odontológica adequada e também tomar o seu café da manhã, almoçar e jantar todos os dias do ano.

Assumo o compromisso de estender o Programa da Bolsa-Escola, já adotado em governos dos partidos da União do Povo, a todo o país. A permanência dos estudantes na escola exige não apenas a transformação qualitativa desta, mas também a criação de condições econômicas para que as famílias possam efetivamente manter seus filhos na escola, fora do mercado de trabalho, até os 16 anos, como prevê a nossa Constituição Federal.

COMPROMIS

- Reconhecimento das universidades públicas como instituições estratégicas para o desenvolvimento econômico e social do país;

- Ampliação da rede pública do ensino superior;

- Garantia dos princípios constitucionais da gratuidade do ensino superior público, da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da autonomia universitária;

- Respeito à escolha da comunidade universitária na nomeação dos reitores e dirigentes das instituições federais de ensino superior.

Metas prioritárias

- Revisão das carreiras e da política salarial de professores e funcionários;

- Expansão de vagas na rede pública: 80% em 4 anos, especialmente no curso noturno, com am-

pliação do quadro de pessoal e da infra-estrutura, obedecendo critérios de distribuição regional;

- Ampliação do Programa de Crédito Educativo, financiado com recursos não provenientes da receita de impostos. Serão atribuídas bolsas aos estudantes de menor renda de universidades credenciadas em função do sistema de avaliação de qualidade. Constituição de um conselho gestor para acompanhamento, supervisão e avaliação do programa. Obrigatoriedade e prazos de ressarcimento, após a conclusão do curso, condicionados à situação econômica do beneficiário.

- Revisão do Exame Nacional de Cursos (Provão), adotando-se um sistema nacional de avaliação institucional pelas comunidades interna e externa à universidade, objetivando a melhoria constante

do ensino, pesquisa e extensão;

- Implementação da autonomia universitária nos termos do art. 207 da Constituição;

- Ampliação do Programa Nacional de Capacitação Docente e implementação de programa para funcionários técnico-administrativos;

- Aumento de pelo menos 100% dos recursos para a pós-graduação ao longo dos 4 anos;

- Democratização do acesso às universidades públicas, conjugando o aumento de vagas e propostas de outros mecanismos de ingresso;

- Política de assistência estudantil, através de programas de alimentação, moradia e assistência à saúde;

- Estabelecimento e implantação a curto prazo de normas de fiscalização do poder público em relação ao setor privado da educação.

Assumo o compromisso de garantir os princípios constitucionais da gratuidade do ensino superior público, da autonomia universitária e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. No meu governo, as universidades públicas serão reconhecidas como instituições estratégicas para o desenvolvimento econômico e social do país. Elas terão um papel fundamental na discussão, elaboração e implementação de um novo projeto nacional de desenvolvimento.

Como já disse por ocasião da apresentação do nosso programa de Ciência e Tecnologia, na 50ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que se realizou em julho, em Natal, a universidade pública terá um papel fundamental na discussão e implementação de uma política de de-

envolvimento científico e tecnológico, pois ela é hoje a responsável pela quase totalidade da produção científica nacional.

A autonomia universitária será um valor fundamental no governo da União do Povo. É ela que garante a absoluta liberdade na criação e disseminação do saber. Cabe à Universidade desenvolver um pensamento crítico, sem constrangimentos políticos e/ou ideológicos.

No meu governo, a Universidade terá assegurada as condições materiais necessárias para definir suas propostas científicas e pedagógicas e suas necessidades administrativas. Implantaremos uma ampla e democrática consulta para definir mecanismos de avaliação interna e externa das universidades. Para tanto, as atividades de pós-graduação serão ampliadas, bem como os recursos a ela destinados.

SOS BÁSICOS

Ensino de graduação

De um total de 1.735.334 estudantes de ensino superior, cerca de 700 mil estudam em universidades públicas a um custo médio de R\$ 7 mil por aluno-ano. O governo da União do Povo ampliará para 1.200.000, em quatro anos, as vagas públicas. Aumentando a eficiência através da melhoria das condições de trabalho, é possível baixar o custo médio para R\$ 4.500 por aluno-ano.

Ao final de quatro anos, estarão sendo investidos R\$ 5,65 bilhões no ensino de graduação.

Ensino de pós-graduação

O atendimento atual em nível de pós-graduação é de cerca de 42 mil alunos. O governo da União do Povo aumentará para

100 mil o número de estudantes de pós-graduação, a fim de democratizar o acesso e ampliar as bases do desenvolvimento científico e tecnológico do país.

Os gastos ao final de quatro anos serão de R\$ 750 milhões.

Financiamento da educação

Os gastos totais com educação no Brasil são, hoje, da ordem de R\$ 31 bilhões em todos os níveis de governo, cabendo aos estados e municípios arcar com 70% dessa despesa. A proposta da União do Povo soma R\$ 65,45 bilhões, o que representa mais do que o dobro dos gastos atuais a serem compartilhados pela União, estados e municípios.

Essa proposta está baseada nas necessidades reais em cada nível de ensino e em valores com-

paráveis internacionalmente. As metas deverão ser atingidas em quatro anos, período em que serão implementadas políticas econômicas que provocarão crescimento com geração de emprego e renda, ao mesmo tempo em que a reforma tributária permitirá maior arrecadação e, em consequência, um financiamento sólido e sustentado do Estado. Outras fontes de financiamento serão buscadas, particularmente para o ensino técnico e profissionalizante, cabendo ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) um papel relevante nessa direção.

O governo da União do Povo será marcado pelo estabelecimento de novas prioridades. A educação é uma delas e, por essa razão, carreará grande parte dos recursos orçamentários.

O meu governo respeitará a escolha da comunidade universitária na nomeação dos reitores e dirigentes das instituições federais de ensino superior.

Assumo o compromisso de ampliar a rede pública do ensino superior, expandindo as vagas na rede pública, especialmente no curso noturno, com ampliação do quadro de pessoal e da infra-estrutura, obedecendo critérios de distribuição regional.

Assumo o compromisso de implantar, a curto prazo, normas de fiscalização do poder público em relação ao setor privado da educação. Não permitiremos o funcionamento dessas fábricas de diplomas, que apenas iludem aqueles que querem aprender.

Assumo o compromisso de ampliar o Programa de Crédito Educativo, especialmente para os estudantes das instituições privadas de ensino, estabelecendo prazos de ressarcimento condicionados à situação econômica do beneficiário, após a conclusão do curso. Ampliaremos as bolsas de estudo para incentivar a dedicação integral dos estudantes e sua iniciação científica.

Assumo o compromisso de aumentar os recursos públicos federais para ampliar o atendimento das creches. Dada a impossibilidade de uma universalização imediata desses serviços, serão implantados convênios envolvendo os municípios e as empresas privadas, visando assegurar o cumprimento da legislação que garante o direito às trabalhadoras de deixarem seus filhos nas creches.

Meu governo mobilizará recursos materiais e humanos, envolvendo toda a sociedade por meio de um grande movimento visando a superação do analfabetismo e a abertura de novos horizontes culturais para os jovens e adultos analfabetos. Será construída uma rede envolvendo diferentes instituições públicas e privadas, assim como educadores devidamente preparados para oferecer a esse setor da sociedade o acesso à



leitura e às várias manifestações da cultura.

O governo da União do Povo dará especial atenção à manutenção e melhoria do ensino técnico federal, garantindo uma articulação entre educação científica e a sólida formação humanística.

Assumo o compromisso de reorganizar os Conselhos Nacional, estaduais e municipais de educação com funções deliberativas, normativas e fiscalizadoras do sistema de ensino.

No meu governo, vamos criar Fóruns nacional, estaduais e municipais de educação para definir diretrizes, acompanhar e avaliar as políticas e planos de educação.

O governo da União do Povo tratará a Educação especial como modalidade de educação regular, buscando gradativamente dar à rede escolar a capacitação física, pedagógica e na área de saúde para acolher todos os estudantes.

Finalmente, quero reafirmar os compromissos que assumi na minha carta aos agricultores e trabalhadores rurais, de garantir o ensino básico e recuperar o ensino técnico para os jovens do campo. Meu governo vai implantar um sistema de bolsas que permita aos jovens das famílias rurais mais pobres dedicarem-se integralmente aos estudos. Estimularemos as escolas rurais a adaptarem sua estrutura curricular às condições locais e cuidaremos para que tenham instalações e equipamentos adequados, da mesma qualidade dos que serão proporcionados às escolas urbanas.

Repito, mais uma vez, que não consolidaremos a democracia brasileira sem garantir a igualdade de oportunidades no acesso à educação, porta de entrada para a cidadania. E não se pode implantar democraticamente qualquer política pública sem o necessário respaldo dos setores majoritários da sociedade que por ela serão afetados.